



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



IVO LOPES DE SOUSA

**PERSPECTIVAS DOS ALUNOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA
SEGURANÇA OSTENSIVA**

GOIÂNIA-GO

2024

IVO LOPES DE SOUSA

**PERSPECTIVAS DOS ALUNOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DE POLÍCIA
MILITAR DE GOIÁS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA
SEGURANÇA OSTENSIVA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof..

GOIÂNIA-GO

2024

PERSPECTIVAS DOS ALUNOS EM FORMAÇÃO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA SEGURANÇA OSTENSIVA

PERSPECTIVES OF STUDENTS TRAINING AT THE MILITARY POLICE ACADEMY OF GOIÁS ON COMMUNITY PARTICIPATION IN OSTENSIVE SECURITY

Ivo Lopes de Sousa¹
Nome do orientador (a)²

Resumo

A segurança ostensiva não é exclusivamente uma responsabilidade da polícia; trata-se de um esforço conjunto que requer a participação ativa e bem informada da comunidade. Entender como os futuros policiais percebem e valorizam essa integração é fundamental para desenvolver uma abordagem colaborativa e eficaz no futuro. O objetivo principal deste estudo é analisar as percepções dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás em relação à participação da comunidade na segurança ostensiva. A pesquisa envolveu 27 participantes e utilizou questionários estruturados para coletar dados. Os resultados revelaram que a maioria dos alunos reconhece a importância da comunidade na prevenção e combate à criminalidade, destacando benefícios como o fortalecimento da confiança entre a polícia e os cidadãos. No entanto, foram identificados desafios, incluindo resistência da comunidade e falta de preparo dos policiais. Os participantes também expressaram a necessidade de uma formação policial que inclua aspectos específicos sobre a colaboração com a comunidade. Conclui-se que a formação na academia desempenha um papel crucial na moldagem das perspectivas dos futuros agentes de segurança, destacando a importância de uma abordagem colaborativa desde as fases iniciais da formação. Esses resultados ressaltam a necessidade de promover uma maior interação entre a polícia e a comunidade para fortalecer os laços e promover uma segurança pública mais eficaz.

Palavras-chave: Segurança ostensiva; Polícia Militar; comunidade; formação policial.

Abstract

Ostensive security is not solely the responsibility of the police; it is a collective effort that requires active and well-informed community participation. Understanding how future police officers perceive and value this integration is crucial for developing a collaborative and effective approach in the future. The main objective of this study is to analyze the perceptions of students undergoing training at the Military Police Academy of Goiás regarding community participation in ostensive security. The research involved 27 participants and utilized structured questionnaires to collect data. The results revealed that the majority of students recognize the importance of the community in crime prevention and combat, highlighting benefits such as strengthening trust between the police and citizens. However, challenges were identified, including community resistance and lack of preparedness among police officers. Participants also expressed the need for police training that includes specific

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: ivo.sousa@hotmail.com Telefone: (61)991804736.

² Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxxxxxxxx@gmail.com. Telefone:

aspects of community collaboration. It is concluded that training in the academy plays a crucial role in shaping the perspectives of future security agents, emphasizing the importance of a collaborative approach from the early stages of training. These results underscore the need to promote greater interaction between the police and the community to strengthen bonds and promote more effective public security.

Keywords: Ostensive security; Military Police; community; police training.

1 INTRODUÇÃO

A integração efetiva da comunidade nas práticas de segurança ostensiva representa um elemento na construção de ambientes urbanos mais seguros e na promoção da colaboração entre a polícia e os cidadãos. Este tema ganha relevância especial na formação de novos profissionais na Academia de Polícia Militar de Goiás, pois influencia diretamente a visão que esses alunos em formação terão sobre o papel da comunidade na manutenção da segurança pública.

A segurança ostensiva não é apenas responsabilidade da polícia, mas também um esforço conjunto que envolve a participação ativa e informada da comunidade. Compreender como os futuros policiais percebem e valorizam essa integração é essencial para moldar uma abordagem eficaz e colaborativa no futuro.

Ao entender as perspectivas dos alunos em formação, é possível identificar potenciais desafios ou lacunas de compreensão que podem ser abordados durante o processo educacional. Além disso, a pesquisa contribuirá para a construção de uma abordagem mais holística da segurança pública, onde a comunidade é reconhecida como uma aliada essencial na prevenção e enfrentamento da criminalidade.

Portanto, a investigação sobre as visões dos alunos em formação serve não apenas como um elemento de diagnóstico, mas como um catalisador para o aprimoramento da formação policial e da interação cívico-militar na busca por comunidades mais seguras e participativas. Essa avaliação não apenas fornece percepções valiosas sobre a mentalidade e formação desses futuros profissionais, mas também orienta o desenvolvimento de estratégias que promovam uma interação mais eficaz e colaborativa entre a polícia e a comunidade.

O problema de pesquisa consiste em compreender como os alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás percebem a participação da comunidade na segurança ostensiva. Qual é a visão desses futuros profissionais sobre o papel dos cidadãos na

manutenção da ordem pública e como essa percepção pode influenciar a interação entre a polícia e a comunidade?

O objetivo geral deste trabalho é analisar as percepções dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás em relação à participação da comunidade na segurança ostensiva para contribuir para o aprimoramento da formação policial e fortalecer a interação cívico-militar.

Os objetivos específicos desta pesquisa são: investigar as visões dos estudantes em formação em relação ao papel da comunidade nesse contexto, avaliar o entendimento dos futuros profissionais sobre os benefícios da participação ativa da comunidade na segurança ostensiva, identificar eventuais desafios percebidos pelos alunos em formação em relação à efetiva integração da comunidade nas práticas de segurança.

A metodologia adotada para esta pesquisa buscou obter uma compreensão abrangente das percepções dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás sobre a participação da comunidade na segurança ostensiva. Fizemos uma análise documental de materiais educacionais utilizados na academia, como manuais e documentos instrutivos, para contextualizar as diretrizes fornecidas durante a formação. A coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados, aplicados aos alunos em formação.

2 REVISÃO TEÓRICA

Ao longo do processo de evolução da sociedade brasileira, a segurança pública emergiu gradualmente como uma temática de crescente importância. Esse foco culminou na promulgação da Constituição Federal de 1988, que dedicou um capítulo específico à segurança pública, delineando os papéis e responsabilidades dos diversos atores envolvidos. Nesse contexto, as Polícias Militares foram incumbidas da responsabilidade de "polícia ostensiva e preservação da ordem pública", elevando sua missão a um nível mais elevado. Anteriormente, restritas ao "policiamento ostensivo e manutenção da ordem pública", essa incumbência foi reformulada, transformando-as em protagonistas no sistema de segurança pública brasileiro. (Coelho, 2021).

Outro aspecto relevante remonta ao século XIX e início do século XX, marcados por conflitos, revoltas e agitações que exigiram a atuação da Força Policial na defesa interna, envolvendo-se em missões militares para conter movimentos que ameaçavam a integridade nacional. Essa demanda resultou na criação de guardas civis em diversos estados,

desempenhando atividades de policiamento ostensivo simultaneamente com as Polícias Militares. (Coelho, 2021).

Essa competição na realização do policiamento ostensivo passou por alterações durante o Regime Militar (1964-1985), que introduziu mudanças legais significativas, especialmente para as Polícias Militares. O Decreto-Lei n.667 de 02 de julho de 1969 estabeleceu a exclusividade das Polícias Militares na realização do policiamento ostensivo fardado, resultando na extinção das guardas civis, que desempenhavam atividades semelhantes. Nesse período, as polícias civis buscaram maior visibilidade, relegando as atividades de investigação criminal e polícia judiciária para um segundo plano. (Coelho, 2021).

O mesmo Decreto-Lei n.667 também definiu as Polícias Militares para a manutenção da ordem pública e segurança interna, atribuindo-lhes a competência exclusiva para realizar o policiamento ostensivo fardado. Essa conquista da exclusividade durante um período mais voltado para o controle político levou as polícias civis a concentrarem esforços na realização de atividades ostensivas, enquanto as atividades de investigação criminal foram negligenciadas. O Decreto n.88.777, de 30 de setembro de 1983, aprovou o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares, apresentando conceitos fundamentais para compreender as Polícias Militares. (Coelho, 2021).

Os servidores públicos são essenciais na preservação da segurança pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144. Esse artigo destaca que a segurança pública, uma obrigação do Estado e um direito e responsabilidade de todos, visa preservar a ordem pública e a integridade das pessoas e do patrimônio. (Blum; Xavier, 2023).

A abordagem de aproximação entre a polícia e a comunidade surge da premissa estabelecida no caput do artigo mencionado, indicando que essa interação é uma forma de compartilhamento de responsabilidade em relação à segurança social. A ordem jurídica reconhece explicitamente que os poderes da Administração Pública pertencem exclusivamente às cinco modalidades de poder, garantindo a supremacia do interesse social, sendo a polícia a última forma de poder. O poder de polícia é definido como a atividade do Estado que limita o exercício dos direitos individuais em prol do interesse público. (Marcineiro et al., 2022).

O termo "policiamento ostensivo" surge como uma expansão da atividade de fiscalização, descrita de forma simples no artigo 78 do Código Tributário Nacional. Esse policiamento é uma forma de prevenção de crimes, treinando um coletivo disponível para atuar na repressão e inibição de delitos, visando à preocupação e até mesmo ao

"acovardamento" dos criminosos. Quando o Estado decide impor ou proibir condutas, utilizando sanções como meio, isso é feito obrigatoriamente por meio de uma lei. (Bayley, 2002).

Na discussão acerca do policiamento, destaca-se o policiamento ostensivo como a materialização efetiva da atuação policial. Esse tipo de policiamento engloba todas as formas de emprego da Polícia Militar, onde o policial é prontamente identificado por meio de uniforme, equipamentos pessoais e viatura. O policiamento ostensivo fardado visa desencorajar comportamentos antissociais por meio de uma atuação preventiva, demandando atenção e envolvimento ativo de seus executores para preservar a ordem pública. (Bayley, 2002).

Em contrapartida, o policiamento comunitário é apresentado como uma filosofia de trabalho distinta do policiamento ostensivo, que representa a prática efetiva da polícia. Enquanto o policiamento ostensivo busca atuar preventivamente por meio da identificação visível, o policiamento comunitário teoricamente depende da participação coletiva para criar comunidades seguras, o que, na prática, pode apresentar desafios na implementação efetiva. (Moraes; Junior, 2021).

A aproximação pública da polícia pode reduzir significativamente a pressão sobre as situações de emergência. Isso ocorre porque há uma antecipação de problemas, fazendo com que a polícia se preocupe mais com a opinião pública e, conseqüentemente, sinta-se mais compelida a retribuir a confiança com segurança. Quanto mais a filosofia de proximidade com a comunidade for aplicada, maior será a eficiência no trabalho policial. O público espera que a polícia forneça serviços eficazes, de maneira equitativa e justa para a comunidade, fazendo esforços para que esses serviços sejam oferecidos a um custo mínimo para a sociedade, ou seja, busca-se a eficiência. (Maciel; Costa; Vilarinho, 2019).

No contexto das primeiras experiências do policiamento comunitário no Brasil, as organizações policiais começaram a promover experimentações e inovações para transformar sua estrutura e funcionamento, assim como sua relação com a sociedade durante a transição para a democracia, especialmente após a eleição direta dos governadores de estado em 1982. Em São Paulo, durante o governo Franco Montoro em 1985, o Estado iniciou a criação de conselhos comunitários de segurança, existentes até hoje, que se reúnem regularmente com a participação do delegado responsável pela Polícia Civil, do oficial responsável pela Polícia Militar e representantes da comunidade. (Coelho, 2021).

As pesquisas de Jesus e Machado (2014) destacam os desafios da transição da polícia tradicional para o policiamento comunitário, indicando que práticas antigas, como o

policciamento ostensivo e o aumento da presença policial nas ruas, mostraram-se pouco eficazes na inibição do crime. Apesar disso, tais ações criaram uma falsa sensação de segurança entre parte da população. Embora o policiamento comunitário tenha demonstrado eficácia na redução da criminalidade, a percepção social da relação entre a polícia e a comunidade permanece negativa, com uma parte significativa dos policiais mantendo uma mentalidade tradicional. No entanto, a implementação dessa nova estratégia enfrenta obstáculos como a resistência da comunidade e dos policiais em participar, a falta de preparo e treinamento dos policiais, e a dificuldade em conscientizar e mobilizar a comunidade.

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve desempenhar um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança, pois a polícia e o sistema de justiça criminal não conseguem lidar sozinhos com essa responsabilidade. Assim, o policiamento comunitário introduz uma nova responsabilidade para a polícia, oferecendo a oportunidade de estabelecer maneiras apropriadas de envolver o público na aplicação da lei e na manutenção da ordem. (Coelho, 2021).

Conforme Jesus e Machado (2014) a Polícia Comunitária concentra-se em garantir os direitos fundamentais dos cidadãos e interagir com a comunidade, priorizando a mediação e a negociação como instrumentos principais, enquanto mantém a capacidade de usar a força quando necessário. Essa abordagem é uma filosofia e uma estratégia organizacional que promovem uma nova relação entre a população e a polícia, baseada na colaboração para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos, visando melhorar a qualidade de vida na área.

No âmbito da discussão sobre policiamento, destacam-se três modelos relevantes no emprego dessa prática: policiamento orientado ao problema, policiamento comunitário e policiamento orientado à inteligência. Importante salientar que essas abordagens não são exclusivas uma da outra, mas sim complementares. A polícia comunitária é definida como uma filosofia e estratégia organizacional que estabelecem uma nova parceria entre a população e a polícia, baseando-se na premissa de colaboração para a construção da segurança pública.

Para Moraes e Junior (2021), o policiamento comunitário e polícia comunitária não são termos intercambiáveis. Enquanto a polícia comunitária representa um conceito amplo no nível estratégico, o policiamento comunitário refere-se à ação prática de realizar o policiamento. Essa diferenciação reconhece que a Polícia Comunitária abrange o uso de todos os meios possíveis para solucionar problemas que afetam a segurança de uma comunidade. Em contrapartida, o policiamento comunitário é a aplicação policial nas comunidades,

concentrando-se na prevenção de delitos, mas também realizando ações repressivas quando necessário.

O policiamento orientado ao problema, alinhado à filosofia da polícia comunitária, atua em um nível mais tático, concentrando-se na modificação das condições que geram problemas de crime repetitivo. Esse modelo utiliza ferramentas de identificação, análise, resolução e avaliação de problemas. (Blum; Xavier, 2023).

O policiamento orientado à inteligência é um modelo gerencial e uma filosofia de gestão que utiliza a análise de dados, a obtenção de informações e a geração de inteligência como componentes essenciais para uma tomada de decisão objetiva. Originado nas forças policiais britânicas, esse modelo enfatiza a coleta e análise de dados para informar as operações de policiamento, sendo considerado compatível com abordagens como policiamento comunitário e policiamento orientado ao problema. (Maciel; Costa; Vilarinho, 2019). Nesse sentido, percebe-se que o policiamento ostensivo está evoluindo progressivamente, incorporando diversas estratégias e filosofias policiais para determinar a forma mais eficiente de atuar em conformidade com o paradigma e as normas vigentes.

A participação ativa da comunidade na segurança ostensiva está intrinsecamente ligada à filosofia da polícia comunitária, formando uma relação simbiótica que fortalece os laços entre cidadãos e forças de segurança. A polícia comunitária representa uma abordagem inovadora na gestão da segurança pública, enfatizando a colaboração e a cooperação entre a comunidade e as autoridades policiais. (Coelho, 2021).

Nesse contexto, a comunidade não é apenas vista como beneficiária passiva da segurança proporcionada pela polícia, mas sim como uma parceira ativa e essencial no processo. A participação da comunidade vai além de ser apenas informante ou espectadora; ela se torna uma componente vital na identificação, prevenção e solução de questões relacionadas à segurança local. (Coelho, 2021).

A interligação entre a participação da comunidade na segurança ostensiva e a filosofia da polícia comunitária reside na compreensão de que a segurança pública é uma responsabilidade compartilhada. A polícia comunitária busca envolver os membros da comunidade no planejamento e na implementação de estratégias de segurança, reconhecendo o valor das contribuições locais para o desenvolvimento de práticas mais eficazes. (Coelho, 2021).

A troca de informações, a criação de programas educacionais e a promoção de um ambiente de confiança mútua são elementos-chave nessa abordagem. A polícia, ao integrar-se à comunidade, não apenas ganha informações valiosas sobre as necessidades locais, mas

também constrói uma relação mais próxima e positiva com os cidadãos. A participação ativa da comunidade desempenha um papel essencial na construção de uma abordagem eficaz e colaborativa no âmbito da segurança ostensiva. Esta colaboração entre os cidadãos e as forças policiais é fundamental para promover ambientes urbanos mais seguros e fomentar a confiança mútua entre ambas as partes. (Maciel; Costa; Vilarinho, 2022).

O entendimento de que a segurança ostensiva não é exclusivamente uma incumbência da polícia, mas sim um esforço conjunto que envolve a comunidade, destaca-se como uma perspectiva contemporânea relevante. Compreender como os cidadãos podem contribuir para a manutenção da ordem pública não apenas fortalece os laços sociais, mas também fornece um suporte valioso para as forças de segurança em sua missão preventiva e repressiva. (Moraes; Junior, 2021).

A participação da comunidade na segurança ostensiva vai além de uma simples colaboração. Envolve a criação de uma parceria eficaz, onde a comunidade é vista como uma aliada estratégica na prevenção e enfrentamento da criminalidade. Este conceito ganha particular importância na formação de novos profissionais na área de segurança, pois influencia diretamente a perspectiva que esses indivíduos terão sobre o papel da comunidade na manutenção da ordem e na promoção de um ambiente seguro. (Moraes; Junior, 2021).

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica adotada para este estudo foi cuidadosamente planejada visando obter uma compreensão abrangente das percepções dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás acerca da participação da comunidade na segurança ostensiva. O processo de pesquisa seguiu os princípios fundamentais da pesquisa científica, compreendendo diversas fases.

A primeira etapa consistiu em uma análise documental de materiais educacionais empregados na academia, tais como manuais e documentos instrutivos. Essa análise documental teve o propósito de contextualizar as diretrizes fornecidas durante o período de formação, possibilitando uma compreensão mais aprofundada do ambiente educacional e das informações transmitidas aos alunos.

Em seguida, a coleta de dados foi realizada por meio de questionários estruturados, os quais foram aplicados aos alunos em formação. Esses questionários foram cuidadosamente elaborados para abordar aspectos específicos relacionados às percepções dos estudantes sobre a participação da comunidade na segurança ostensiva. A escolha por questionários

estruturados permitiu a padronização das respostas, facilitando a análise quantitativa dos dados.

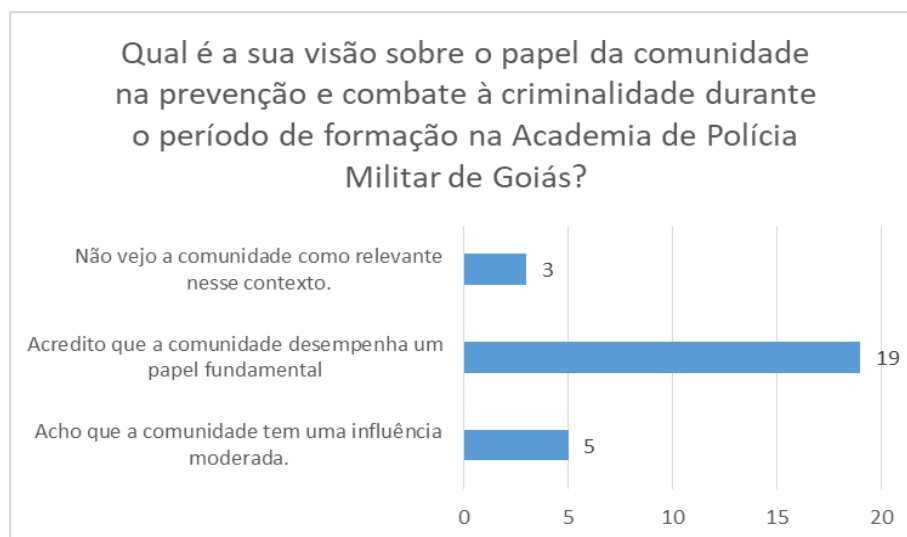
Importante ressaltar que todo o processo de pesquisa foi conduzido em estrita conformidade com padrões éticos. Foram adotadas medidas rigorosas para assegurar a confidencialidade dos participantes, garantir o consentimento informado de forma clara e voluntária, e aderir a todas as normas éticas pertinentes à pesquisa científica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa, obtidos a partir da participação de 27 alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás, oferecem dados sobre suas percepções em relação à participação da comunidade na segurança ostensiva.

Os resultados da pesquisa indicam uma variedade de percepções e a maioria expressou a crença de que a comunidade desempenha um papel fundamental (19 participantes), enquanto alguns relataram considerar a influência da comunidade como moderada (5 participantes). Uma minoria indicou não ver a comunidade como relevante nesse contexto (3 participantes), conforme apresentado pelo Gráfico 1.

Gráfico 1: Visão sobre o papel da comunidade



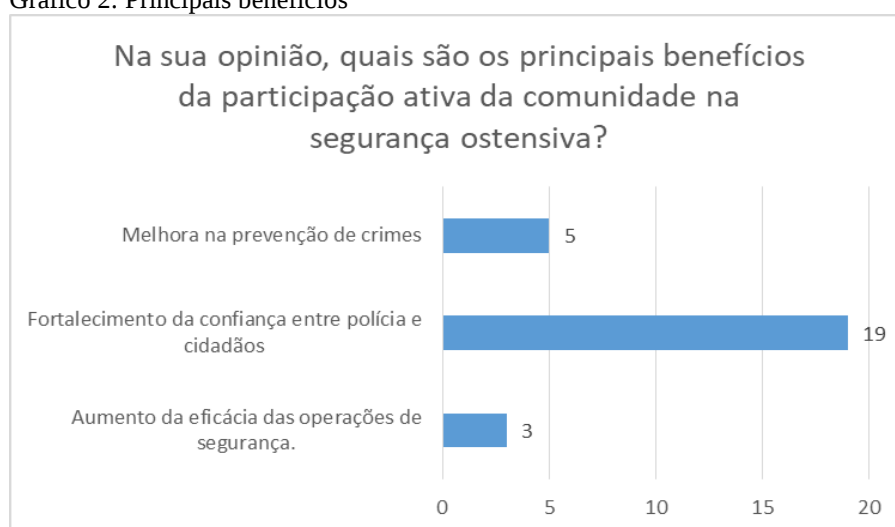
Fonte: O Autor (2024).

A perspectiva predominante entre os alunos em formação reflete a compreensão contemporânea de que a comunidade não é apenas uma beneficiária passiva, mas uma aliada

estratégica na prevenção e enfrentamento da criminalidade, conforme evidenciado por Coelho (2021) e Moraes e Junior (2021).

O Gráfico 2 revela uma convergência de opiniões em relação aos benefícios da participação ativa da comunidade na segurança ostensiva. O fortalecimento da confiança entre a polícia e os cidadãos foi apontado como o benefício mais significativo, sendo destacado por 19 participantes. Aumento da eficácia das operações de segurança e melhoria na prevenção de crimes também foram mencionados, embora em menor número (3 e 5 participantes, respectivamente).

Gráfico 2: Principais benefícios

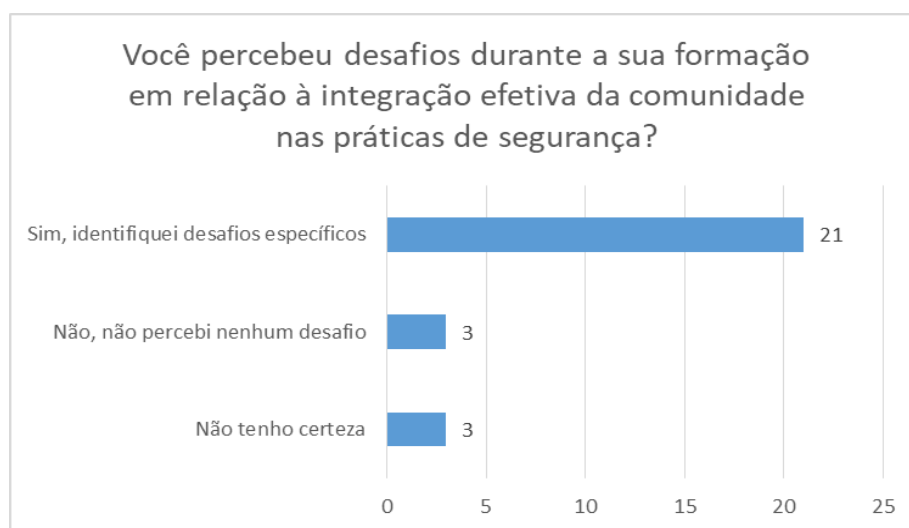


Fonte: O Autor (2024).

Os resultados enfatizam a importância da proximidade entre a polícia e a comunidade para fortalecer a eficácia do trabalho policial, conforme discutido por Bayley (2002), Maciel et al. (2019), e Moraes e Junior (2021). A confiança mútua emerge como um elemento central, destacando a importância da colaboração para construir uma abordagem mais eficaz no âmbito da segurança ostensiva.

Conforme o Gráfico 3, a maioria dos participantes (21) identificou desafios específicos durante sua formação em relação à integração efetiva da comunidade nas práticas de segurança. Essa percepção está em sintonia com a revisão teórica, que discute obstáculos como a resistência da comunidade, a falta de preparo e treinamento dos policiais, e a dificuldade em conscientizar e mobilizar a comunidade, conforme abordado por Jesus e Machado (2014).

Gráfico 3: Desafios

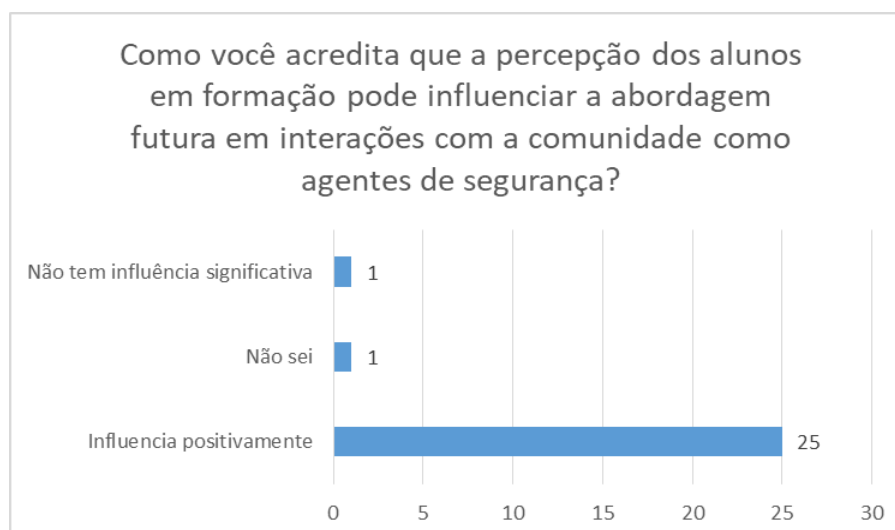


Fonte: O Autor (2024).

A identificação desses desafios é destaca a importância de superar alguns obstáculos para garantir uma colaboração eficaz entre a polícia e a comunidade, promovendo ambientes urbanos mais seguros e participativos, conforme discutido por Coelho (2021) e Moraes e Junior (2021).

De acordo com o Gráfico 4, a maioria esmagadora dos participantes (25) expressou a crença de que a percepção dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás influencia positivamente a abordagem futura em interações com a comunidade como agentes de segurança. Essa visão otimista sugere que os futuros profissionais estão cientes da importância de suas perspectivas na construção de relações colaborativas com a comunidade.

Gráfico 4: Percepção na formação

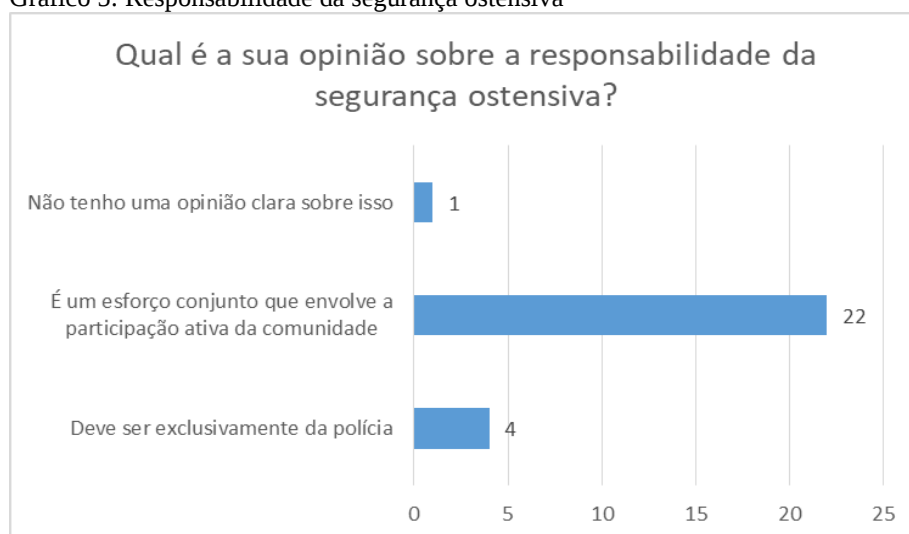


Fonte: O Autor (2024).

Esta constatação, de acordo com Coelho (2021) e Moraes e Junior (2021), ressalta que uma mentalidade colaborativa desde a formação pode influenciar positivamente as interações futuras, promovendo uma abordagem mais eficaz e colaborativa no âmbito da segurança ostensiva.

Os resultados do Gráfico 5 indicam que a maioria expressiva dos participantes (22) percebe a segurança ostensiva como um esforço conjunto que envolve a participação ativa da comunidade.

Gráfico 5: Responsabilidade da segurança ostensiva

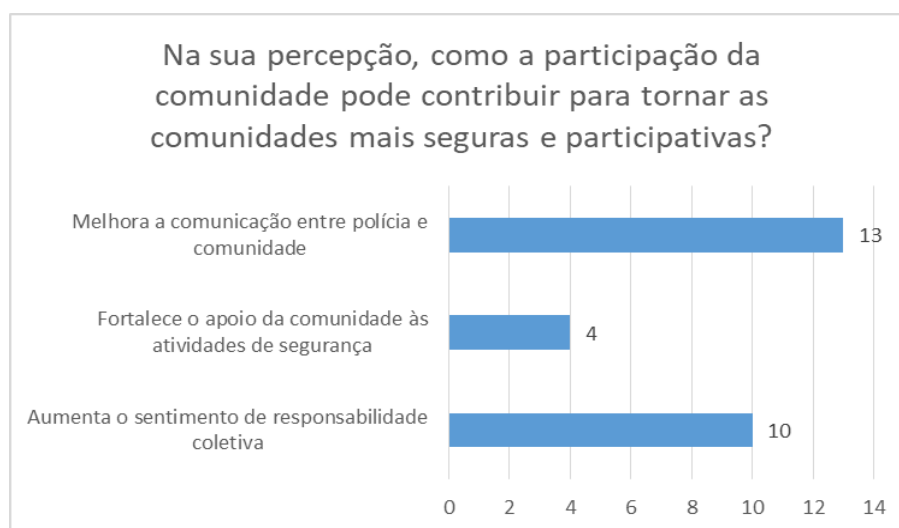


Fonte: O Autor (2024).

Tal fator reflete uma compreensão contemporânea de que a responsabilidade pela segurança não deve ser exclusivamente da polícia, mas sim um esforço colaborativo que inclui a comunidade como parceira ativa. Da mesma forma, está fundamentada na revisão teórica, que argumenta que a segurança ostensiva é uma responsabilidade compartilhada, conforme discutido por Marcineiro et al. (2022) e Moraes e Junior (2021).

A análise dos resultados no Gráfico 6 mostra uma parte significativa dos participantes acredita que a participação comunitária aumenta o sentimento de responsabilidade coletiva (10 participantes) e melhora a comunicação entre polícia e comunidade (13 participantes). Além disso, alguns participantes apontam que fortalece o apoio da comunidade às atividades de segurança (4 participantes).

Gráfico 6: Contribuição da participação da comunidade

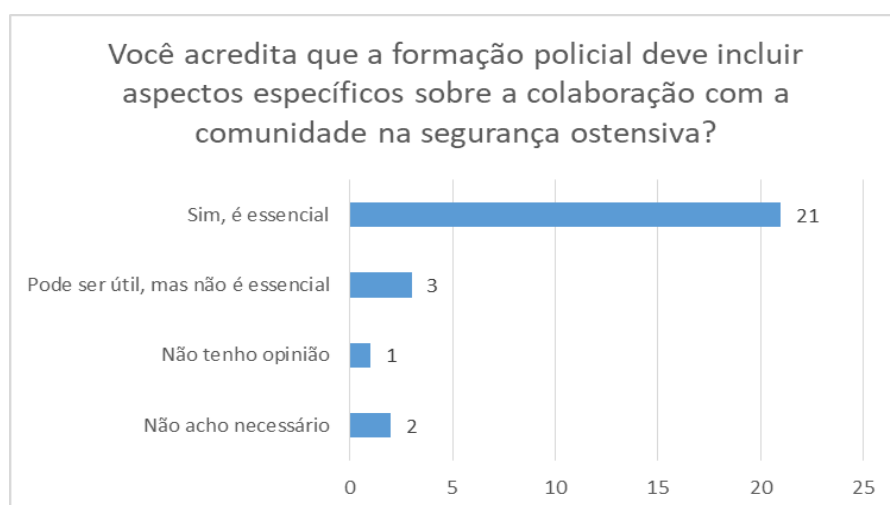


Fonte: O Autor (2024).

Esses resultados enfatizam que diferentes aspectos da contribuição da participação comunitária para a segurança ostensiva, conforme apresentado por Bayley (2002), Maciel et al. (2019), e Moraes e Junior (2021) destaca a importância da colaboração para fortalecer laços comunitários, aumentar a eficácia do policiamento e promover comunidades mais seguras e participativas.

No Gráfico 7, a maioria expressiva dos participantes (21) considera essencial que a formação policial inclua aspectos específicos sobre a colaboração com a comunidade na segurança ostensiva.

Gráfico 7: Inclusão de aspectos específicos sobre o tema

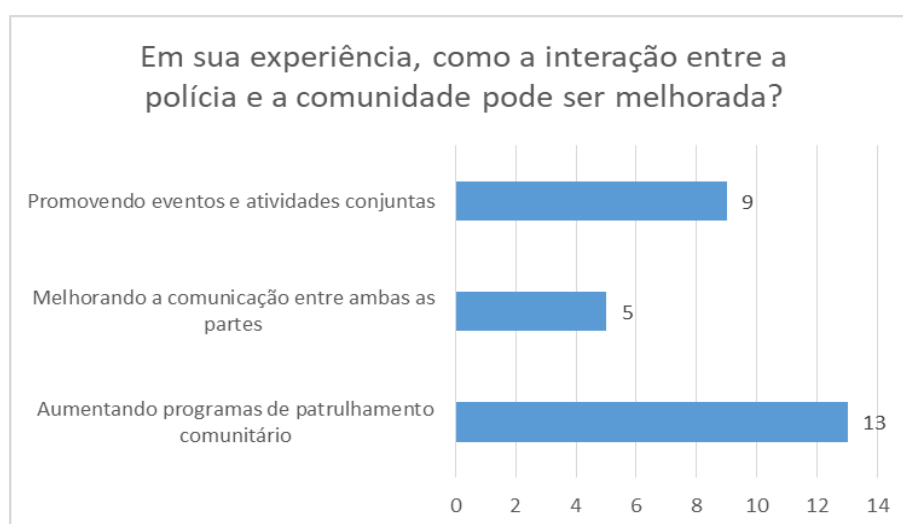


Fonte: O Autor (2024).

Na visão de Coelho (2021) e Moraes e Junior (2021), destacam a importância da preparação dos agentes de segurança para interações eficazes com a comunidade. Essa formação específica é relevante para desenvolver uma mentalidade colaborativa desde o início da carreira, promovendo relações mais positivas e eficientes.

No Gráfico 8, quanto à melhoria da interação entre a polícia e a comunidade, os participantes sugerem diferentes estratégias. A maioria destaca a importância de aumentar programas de patrulhamento comunitário (13 participantes), indicando uma compreensão da eficácia dessa prática na construção de laços mais estreitos entre a polícia e a comunidade.

Gráfico 8: Sugestão de melhoria

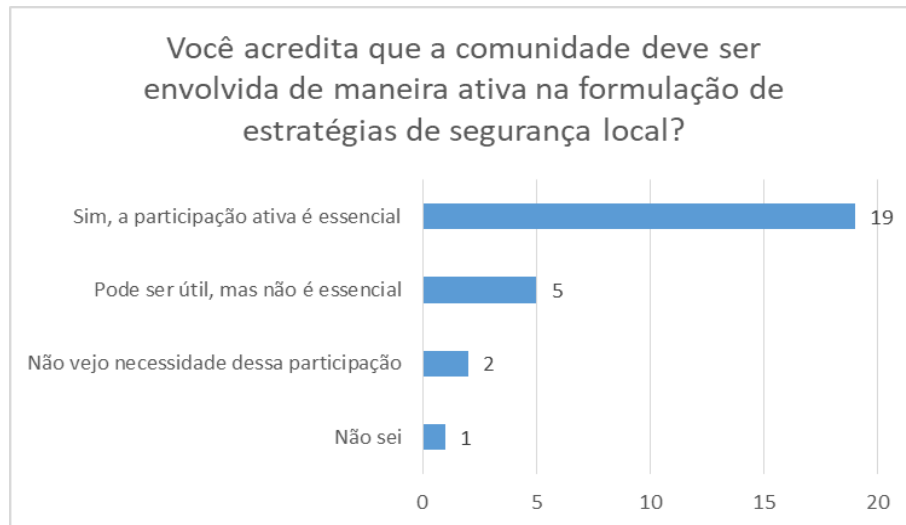


Fonte: O Autor (2024).

Conforme Moraes e Junior (2021) e Maciel et al. (2022), o policiamento comunitário como uma estratégia eficaz para promover a participação ativa da comunidade na segurança ostensiva. Além disso, a sugestão de melhorar a comunicação entre ambas as partes (5 participantes) e promover eventos e atividades conjuntas (9 participantes) evidencia a compreensão da importância da construção de relacionamentos positivos. Essa visão destaca a relevância da interação positiva para fortalecer a confiança e a colaboração, conforme discutido por Bayley (2002) e Maciel et al. (2019).

De acordo com o Gráfico 9, a maioria expressiva dos participantes (19) acredita que a comunidade deve ser envolvida de maneira ativa na formulação de estratégias de segurança local, considerando essa participação como essencial. Essa perspectiva reflete a compreensão de que a colaboração da comunidade não se limita à implementação de estratégias, mas também à sua formulação.

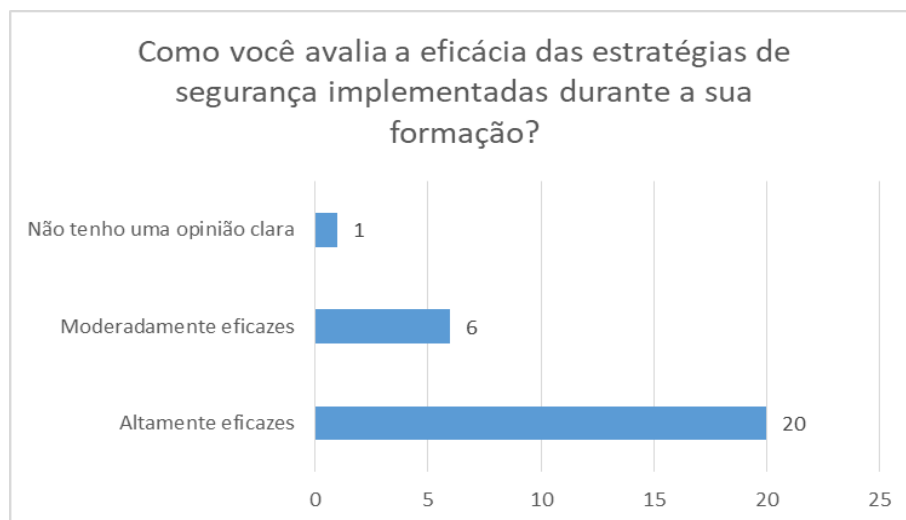
Gráfico 9: Formulação de estratégias



Fonte: O Autor (2024).

De acordo com o Gráfico 10, a maioria dos participantes (20) avaliou as estratégias de segurança implementadas durante a formação como altamente eficazes. Essa percepção positiva pode ser interpretada como um reflexo da ênfase nas boas práticas de segurança discutidas durante a formação. Conforme as ideias de Marcineiro et al. (2022) e Bayley (2002), destaca a importância de estratégias bem executadas para fortalecer a segurança ostensiva.

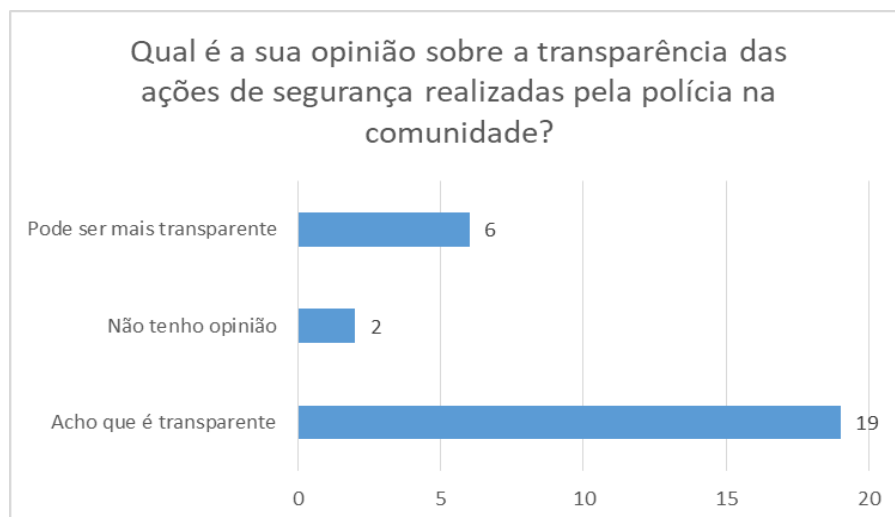
Gráfico 10: Avaliação da eficácia



Fonte: O Autor (2024).

De acordo com o Gráfico 11, a opinião dos participantes sobre a transparência das ações de segurança realizadas pela polícia na comunidade está dividida. A maioria (19) acredita que as ações são transparentes, enquanto outros (6) veem espaço para mais transparência. Essa diversidade de opiniões destaca a importância de abordagens transparentes para fortalecer a confiança, como discutido por Maciel et al. (2019) e Bayley (2002).

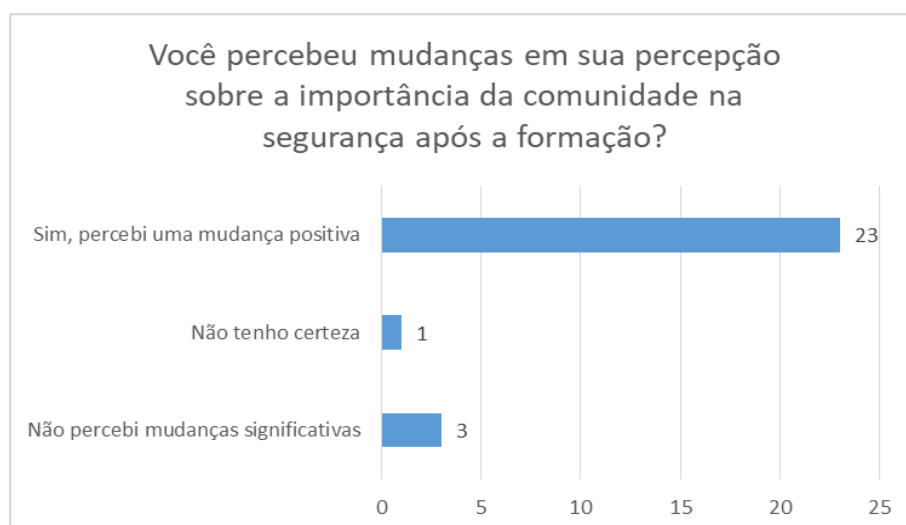
Gráfico 11: Transparência das ações



Fonte: O Autor (2024).

De acordo com o Gráfico 12, a maioria expressiva dos participantes (23) percebeu uma mudança positiva em sua visão sobre a importância da comunidade na segurança após a formação.

Gráfico 12: Importância da comunidade na formação



Fonte: O Autor (2024).

Dessa forma, percebe-se uma possível influência das estratégias de ensino adotadas pela Academia, ressaltando a colaboração entre a polícia e a comunidade, conforme discutido por Coelho (2021) e Moraes e Junior (2021). Essa mudança positiva na percepção é vital, pois pode impactar diretamente na atuação futura dos agentes de segurança, promovendo uma abordagem mais participativa e colaborativa, como destacado por Jesus e Machado (2014).

O problema de pesquisa inicialmente abordou a percepção dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás sobre o papel da comunidade na prevenção e combate à criminalidade. Os resultados revelam que a maioria dos participantes reconhece a relevância da comunidade nesse contexto, com 19 dos 27 participantes considerando o papel da comunidade como fundamental. Esse alinhamento com a ideia de participação ativa da comunidade, discutida na revisão teórica (Coelho, 2021), reforça a importância de integrar esses futuros agentes de segurança com uma mentalidade colaborativa desde a fase de formação.

O objetivo de compreender a visão dos alunos sobre o papel da comunidade foi atingido, evidenciando que a maioria acredita que a comunidade desempenha um papel fundamental. Esse resultado corrobora com o objetivo de explorar como a formação impacta a percepção dos alunos, pois a maioria percebeu uma mudança positiva em sua visão sobre a importância da comunidade após a formação.

Ao avaliar os benefícios percebidos pelos alunos, destaca-se o fortalecimento da confiança entre a polícia e os cidadãos, mencionado por 19 participantes. Esse resultado está alinhado com os benefícios discutidos na revisão teórica (Maciel et al., 2022) e evidencia que a formação está atingindo seu objetivo ao promover uma visão positiva sobre a colaboração.

Quanto aos desafios percebidos durante a formação, a maioria (21) identificou desafios específicos. Isso destaca a necessidade de aprimoramento nas abordagens de integração da comunidade nas práticas de segurança durante a formação, corroborando com as discussões de Jesus e Machado (2014) sobre os desafios da transição para o policiamento comunitário.

O objetivo de entender como a percepção dos alunos pode influenciar suas abordagens futuras foi alcançado, com a grande maioria (25) afirmando que a formação influencia positivamente. Esse resultado é promissor, indicando que a academia está construindo uma base sólida para agentes de segurança com mentalidade colaborativa, como preconizado por Moraes e Junior (2021).

Quanto à opinião sobre a responsabilidade da segurança ostensiva, a maioria (22) acredita que é um esforço conjunto que envolve a participação ativa da comunidade. Essa visão reflete a premissa discutida na revisão teórica, que destaca a responsabilidade compartilhada na segurança pública (Blum; Xavier, 2023).

A percepção sobre a inclusão de aspectos específicos sobre a colaboração com a comunidade na formação policial atingiu seu objetivo, com 21 participantes considerando isso essencial. Isso sugere que os alunos reconhecem a importância de uma formação que os prepare para interações eficazes e colaborativas com a comunidade.

A maioria dos participantes acredita que a participação ativa da comunidade contribui para aumentar o sentimento de responsabilidade coletiva, fortalecer o apoio da comunidade às atividades de segurança e melhorar a comunicação entre a polícia e a comunidade. Esses resultados convergem com a literatura discutida, destacando a importância desses elementos para uma segurança mais efetiva (Maciel et al., 2019).

Os resultados evidenciam que a formação na Academia de Polícia Militar de Goiás está alinhada com os objetivos de promover uma visão colaborativa entre os futuros agentes de segurança e a comunidade. A percepção positiva sobre a importância da comunidade, os benefícios percebidos da participação ativa, juntamente com a identificação de desafios a serem superados, destaca a necessidade contínua de aprimoramento na formação para assegurar uma transição eficaz para práticas de segurança mais colaborativas e orientadas para a comunidade. Esses resultados reforçam a importância de uma formação policial que promova valores de parceria, transparência e responsabilidade compartilhada, conforme discutido na revisão teórica.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos nesta pesquisa sobre as percepções dos alunos em formação na Academia de Polícia Militar de Goiás acerca da participação da comunidade na segurança ostensiva, é possível concluir que a colaboração entre a polícia e a comunidade é reconhecida como fundamental para o fortalecimento da segurança pública.

A maioria dos participantes demonstrou compreender o papel ativo que a comunidade desempenha na prevenção e combate à criminalidade, reconhecendo os benefícios dessa colaboração, como o fortalecimento da confiança entre as partes e o aumento da eficácia das operações de segurança.

No entanto, a pesquisa também identificou desafios a serem superados, incluindo a resistência da comunidade, a falta de preparo dos policiais e a dificuldade em conscientizar e mobilizar os cidadãos. Esses obstáculos destacam a necessidade de aprimoramento nas abordagens de integração da comunidade nas práticas de segurança durante a formação policial.

É evidente que a formação na Academia de Polícia Militar de Goiás desempenha um papel importante na moldagem das perspectivas dos futuros agentes de segurança. A mudança positiva na percepção dos alunos após a formação sugere que a academia está atingindo seu objetivo ao promover uma visão colaborativa e orientada para a comunidade.

Assim, é fundamental que a formação policial inclua aspectos específicos sobre a colaboração com a comunidade, preparando os agentes para interações eficazes e colaborativas. A implementação de estratégias que promovam uma maior interação entre a polícia e a comunidade, como o aumento de programas de patrulhamento comunitário e a realização de eventos conjuntos, pode contribuir significativamente para fortalecer os laços entre as partes e promover uma segurança pública mais eficaz.

Diante do contexto, os resultados desta pesquisa reforçam a importância da colaboração entre a polícia e a comunidade na promoção da segurança ostensiva e destacam a necessidade de uma abordagem colaborativa desde as fases iniciais da formação policial. Essa abordagem colaborativa é essencial para garantir uma transição eficaz para práticas de segurança mais orientadas para a comunidade, promovendo assim ambientes urbanos mais seguros e participativos.

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: Edusp; 2002.

BLUM, Wagner Henrique; XAVIER, Muriel. Atuais ações de policiamento ostensivo na Polícia Militar do Paraná no ano de 2022. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 3, p. 10018-10031, 2023.

COELHO, Mônica de Almeida. **Polícia e comunidade**: um estudo das relações sociais em uma delegacia do interior do Estado do Ceará. Orientador: Luiz Fabio Silva Paiva. 2021. 88 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

JESUS, José Lauri Bueno; MACHADO, Donavan Farias. POLÍCIA COMUNITÁRIA: um novo paradigma de polícia ostensiva. **Revista Direito em Debate**, v. 23, n. 42, p. 207-231, 2014.

MACIEL, Gabriel Custódio; COSTA, Leon Denis; VILARINHO, Tatiane Ferreira. Policiamento ostensivo e imagem institucional representações a partir de visitas comunitárias. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA-REBESP**, v. 12, n. Especial, p. 54-68, 2019.

MARCINEIRO, Nazareno et al. Análise criminal e policiamento ostensivo: uma relação indissociável. **Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública**, v. 22, n. 1, p. 73, 2022.

MORAES, Jucimar Inácio; JÚNIOR, Paulo de Tarso Augusto. Aspectos legais da polícia ostensiva de competência da polícia militar. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)-ISSN 2595-2153**, v. 4, n. 8, p. 123-140, 2021.